

Acórdão nº 9.589/2016/Plenário-TCE/AC

NATUREZA DO FEITO: Processo nº 14.810.2011-20-TCE (C/ 02 Volumes e 22 Anexos)
ASSUNTO: Prestação de Contas da Câmara Municipal de Feijó, exercício de 2010
RESPONSÁVEL: Senhor Cláudio Braga Leite
RELATOR: Conselheiro Valmir Gomes Ribeiro

Prestação de Contas. Câmara Municipal. Habitualidade do pagamento de verba indenizatória aos vereadores. Montante sem a devida comprovação. Custeio de despesas com combustíveis, locações, fretamentos e passagens, sem justificativa da regularidade. Pagamento indevido de diárias. Inobservância à Lei de Licitações. total da despesa do Poder Legislativo Municipal superior ao regramento constitucional. Irregularidade. Condenação à devolução de valores. Imposição de multa.

Vistos, relatados e discutidos os autos do processo acima identificado, ACORDAM os Membros do Tribunal de Contas do Estado do Acre, à **unanimidade**, nos termos do **voto do Conselheiro-Relator: 1)** considerar **irregular** a Prestação de Contas da Câmara Municipal de Feijó, exercício de 2010, de responsabilidade do Senhor **Cláudio Braga Leite**, Presidente à época, com fulcro no artigo 51, inciso III, alíneas 'b' e 'c', da Lei Complementar Estadual nº 38/93, em face das irregularidades elencadas no item 14 do relatório (habitualidade do pagamento de verba indenizatória aos senhores vereadores durante o ano, ficando sem a devida comprovação o montante de R\$ 111.000,00 - cento e onze mil reais -, tendo por motivação o custeio de despesas com combustíveis, locações, fretamentos e passagens, sem, contudo, conseguir justificar sua plena regularidade, mas deixou-se de pedir a devolução em face de já estar corrigido, considerando para efeito de devolução de valores o marco temporal adotado no Acórdão nº 7.426/2011; pagamento indevido de diárias no valor de R\$ 12.186,50 – doze mil, cento e oitenta e seis reais e cinquenta centavos; inobservância à lei de licitações – Lei nº 8.666/93; e total da despesa do Poder Legislativo Municipal superior ao regramento estabelecido no art. 29-A, inciso I, da Carta da República, na importância de R\$ 91.111,09 - noventa e um mil, cento e onze reais e nove centavos); **2)** **condenar** o Gestor à **devolução** aos cofres do Município, no prazo de **30 (trinta) dias**, da quantia de **R\$ 12.186,50** (doze mil, cento e oitenta e seis reais e cinquenta centavos), referente ao pagamento indevido de diárias; **3)** impor ao Sr. **Cláudio Braga Leite** o pagamento de **multa** de **R\$ 1.218,65** (um mil, duzentos e dezoito reais e sessenta e cinco centavos), que corresponde a **10% (dez por cento)** sobre o valor a ser **devolvido**, nos termos do artigo 88, da LCE nº 38; **4)** fixar, ainda, ao **referido Gestor**, multa prevista no art. 89, incisos II e III, da LCE nº 38, no valor correspondente a **R\$ 7.140,00** (sete mil, cento e quarenta reais), em razão das irregularidades acima elencadas; **5)** **não impor condenação** pecuniária ao

(Acórdão nº 9.589/2016/Plenário-TCE/AC – Fl. 02 de 02)

Gestor na quantia correspondente ao excesso da despesa total da unidade (art. 29-A, inciso I, da CF/88), por entender, em conformidade com o Parecer Ministerial, que o “ajuste, acaso pendente, deve ser cobrado da origem”; e **6) não impor condenação** ao referido Gestor na quantia correspondente ao pagamento efetuado no período aos Senhores Vereadores, a título de verba indenizatória, face o entendimento desta Corte de Contas em suas decisões pretéritas a respeito da matéria, em que vem considerando para efeito de devolução de valores, o marco temporal adotado no Acórdão nº 7.426/2011. Após as anotações de estilo, pelo **arquivamento** dos autos. Ausente, justificadamente, o Excelentíssimo Senhor Conselheiro Antonio Jorge Malheiro.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Acre

Rio Branco – Acre, 30 de junho de 2016

Conselheira **NALUH MARIA LIMA GOUVEIA**
Presidenta do TCE/AC

Conselheiro **VALMIR GOMES RIBEIRO**
Relator

Fui presente:

MARIO SÉRGIO NERI DE OLIVEIRA
Procurador-Chefe do MPE/TCE/AC